



**AO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
CORDEIRÓPOLIS - ESTADO DE SÃO PAULO**

**Credenciamento nº 01/2026.**

**UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVÊNIOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.884.660/0001-04, com endereço à Av. Sete de Setembro, 2489 - Nossa Sra. das Graças, CEP 76.804-033, Porto Velho, Estado de Rondônia, vem, respeitosamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**, quanto aos aspectos do Edital de Licitação, conforme os seguintes questionamentos apresentados.

**I - DA TEMPESTIVIDADE:**

1. Nos termos insculpidos no instrumento convocatório, a impugnação deverá ser protocolada nos 03 (três) dias úteis anteriores à data da sessão inaugural, consoante preconiza o instrumento convocatório.

2. Dito isto, observa-se que a impugnação é tempestiva, tendo em vista o cumprimento das disposições retrocitadas.

**II - BREVE ESCORÇO DOS FATOS:**

3. Sem delongas, foi publicado o edital do Credenciamento nº 01/2026, que possui a finalidade de Contratação via Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento, gerenciamento,





implementação e administração de vale refeição, por meio de cartão eletrônico/magnético ou cartão eletrônico multibenefícios, com chip de segurança e senha individual.

4. Ocorre que, de análise ao Edital de licitação publicado, foi constatada a seguinte exigência desproporcional ao objeto do certame:

a. A ausência de previsão de pagamento na modalidade pré-paga.

5. Logo, considerando a ocorrência de tal vício, fundamenta-se a oposição da presente impugnação.

### **III - DO MÉRITO:**

#### **III.1 - DA IMPOSSIBILIDADE DO PAGAMENTO PÓS-PAGO PARA O OBJETO LICITADO.**

6. A interpretação deste órgão é de que a recarga deve ser realizada após a solicitação (pós-pago), conforme o item 15.7 do instrumento convocatório. Vejamos:

**15.7.** A Câmara Municipal de Cordeirópolis providenciará o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do ateste da nota fiscal.

7. Contudo, como se observará a seguir, seguir tal linha acaba por fugir com o objeto do contrato.

8. Destaca-se que a operação pós-paga para benefícios acaba por fugir de sua natureza, conforme reza a legislação do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT<sup>1</sup>, já que acaba resultando em operação de

<sup>1</sup> Lei Federal n. 14.442/22





crédito (empréstimo ou similar), o que é permitido apenas para instituições financeiras.

9. Inclusive, ressalta-se que o objetivo da legislação tem como objetivo afastar aspectos que descaracterizem a natureza pré-paga dos valores (Art. 3º, II, da Lei Federal n. 14.442/22).

Art. 3º O empregador, ao contratar pessoa jurídica para o fornecimento do auxílio-alimentação de que trata o art. 2º desta Lei, não poderá exigir ou receber:

[...]

**II - prazos de repasse ou pagamento que descaracterizem a natureza pré-paga dos valores a serem disponibilizados aos empregados;**

[grifo nosso]

10. Vale ressaltar que tal exigência visa garantir que não haja configuração de um “empréstimo” ao beneficiário, o que é expressamente vedado, como retratado outrora e bem assentado pelos Professores Ronny Charles e Christianne Stroppa em artigo sobre a matéria<sup>2</sup>.

11. Por essa razão, pugna-se para que seja fixado no instrumento convocatório, para que o pagamento de auxílio alimentação seja disponibilizado após o pagamento da recarga.

12. Por essas razões, requer-se a adequação do instrumento convocatório para que conste de forma clara a natureza pré-pago do pagamento do benefício.

<sup>2</sup>

<https://ronnycharles.com.br/licitacoes-publicas-e-o-pagamento-do-auxilio-alimentacao-medida-provisoria-1108/>







**IV - DOS PEDIDOS:**

13. Ante o exposto, requer a Vossa Senhoria:

- a) a recepção da impugnação ao Edital do CR nº. 01/2026;
- b) a inclusão da previsão de pagamento na modalidade pré-pago, de forma a suprimir o item 15.7 do instrumento convocatório;
- c) a divulgação, pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, após a modificação requerida, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

Termos em que pede deferimento.

Porto Velho/RO.

05 de fevereiro de 2026

RAIRA VLAXIO  
AZEVEDO:9732  
2580206

Assinado de forma digital  
por RAIRA VLAXIO  
AZEVEDO:97322580206  
Dados: 2026.02.06  
11:58:05 -04'00'

**RAIRA VLÁXIO AZEVEDO**

**OAB/MG N. 216.627**

**OAB/RO N. 7.994**

**OAB/SP N. 481.123**

**ÍCARO ALBUQUERQUE MAGALHÃES**

**OAB/RO N. 14.274**



**PROCURAÇÃO ET EXTRA**

**OUTORGANTE:** **UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVENIOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.884.660/0001-04, com sede estabelecida na Avenida Sete de Setembro, nº 2489, Bairro Nossa Senhora das Graças, CEP: 76.804-141, Porto Velho - Rondônia, **ADÉLIO BAROFALDI**, brasileiro, empresário, inscrito no CPF n. 251.732.519-72, podendo ser encontrado no mesmo endereço.

**OUTORGADOS:** **RAIRA VLÁXIO AZEVEDO**, brasileira, advogada, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Rondônia sob o n.º 7.994, **JOÃO LUCAS MOTA DE ALMEIDA**, advogado inscrito na OAB/RO sob o n. 12.939, **VIVIANE SOUZA DE OLIVEIRA SILVA**, advogada inscrita na OAB/RO sob o n. 9.141, e **KARINA SOUZA BERNARDO**, advogada inscrita na OAB/RO sob o n.º 14.853, todos com endereço vide rodapé.

**PODERES:** A **OUTORGANTE** nomeia e constitui como seus procuradores os advogados acima qualificados, aos quais confere amplos poderes para representá-la, com atuação de cláusula *et extra* em demandas específicas relativas a assuntos relacionados a **Licitações e Contratos**, podendo utilizar-se extrajudicialmente dos recursos legais e acompanhar processos administrativos até final decisão. Conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para notificar, responder notificações, transigir, reunir-se com autoridades, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente.

Validade até o dia 30 de maio de 2026.

Porto Velho - Rondônia 15 de maio de 2025.

ADELIO  
BAROFALDI:25173251972

Assinado de forma digital por  
ADELIO BAROFALDI:25173251972  
Dados: 2025.05.15 18:05:56 -04'00'

**UZZIPAY ADMINISTRADORA DE CONVENIOS LTDA**  
**CNPJ nº 05.884.660/0001-04**

**uzzipay.com**

Razão Social: UzziPay Administradora de Convênios LTDA **CNPJ:** 05.884.660/0001-04

Endereço: Avenida Sete de Setembro, 2489 - Nossa Senhora das Graças | Porto Velho - RO CEP: 76.804-141

 SAC:0800 025 8871 / 11 4020 1724

 (69) 99322-9855 (Apenas mensagens)





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

## Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



### RESPOSTA A PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Credenciamento nº 01/2026 – Vale-Refeição

Interessada: Uzzipay Administradora de Convênios LTDA

Em atenção ao pedido de impugnação apresentado, manifesta-se o Agente de Contratação, com fundamento no Edital de Credenciamento nº 01/2026 e seus anexos.

Trata-se de impugnação ao Edital de Credenciamento nº 01/2026, que tem por objeto a contratação, por meio de credenciamento, de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento, gerenciamento, implementação e administração de vale-refeição, por meio de cartão eletrônico/magnético ou cartão eletrônico multibenefícios, com chip de segurança e senha individual. Sustenta a impugnante que o modelo adotado caracterizaria pagamento de natureza pós-paga, em suposta afronta ao art. 3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.442/2022.

Após análise dos argumentos apresentados, conclui-se que a impugnação não merece acolhimento.

O procedimento previsto no edital observa o regime jurídico próprio da Administração Pública, especialmente as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e da Lei Federal nº 4.320/1964, segundo as quais o pagamento da despesa pública deve ocorrer somente após a verificação da efetiva execução do objeto. O repasse dos valores relativos aos créditos dos cartões dos beneficiários configura despesa pública e, como tal, deve observar os estágios de empenho, liquidação e pagamento, nos termos dos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964.

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo possui entendimento consolidado no sentido de que tanto a taxa de administração quanto os valores correspondentes aos créditos disponibilizados aos beneficiários integram a despesa pública e devem observar integralmente o ciclo legal da despesa, conforme Deliberação TC-A-021851/026/12, bem como reiterados julgados, dentre os quais se destacam os Processos TC-008227.989.23-3, TC-008232.989.23-6, TC-008333.989.23-4, TC-009051.989.23-4 e TC-009106.989.23-9.

Ressalte-se que a Lei Federal nº 14.442/2022 não altera o regime jurídico da despesa pública, tampouco institui exceção às normas de direito financeiro, limitando-se a disciplinar a natureza do benefício concedido ao trabalhador. No caso, a natureza pré-paga do auxílio-alimentação permanece preservada quanto à sua utilização, uma vez que os beneficiários apenas utilizam valores previamente disponibilizados em seus cartões, inexistindo qualquer concessão de crédito, financiamento ou pagamento posterior.

7.





# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

## Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



Dessa forma, **conheço da impugnação apresentada** e, no mérito, não se identifica ilegalidade no edital nem afronta à legislação aplicável, motivo pelo qual **nego provimento à impugnação**, mantendo-se integralmente as disposições do Edital de Credenciamento nº 01/2026.

Cordeirópolis, 09 de fevereiro de 2026

*Ritchelhe Ari Aparecido Dainese Guarda*  
Ritchelhe Ari Aparecido Dainese Guarda

Agente de Contratação/Pregoeiro

